

**CAPÍTULO 10****DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM:
potencialidades para os anos finais do Ensino Fundamental****Alessandra de Magalhães Ciaca**

Mestre em Ciências Ambientais - UNIVBRASIL

<http://lattes.cnpq.br/7848204901432798>alessandra2011@yahoo.com.br**Kellermann dos Santos**

Mestrando em Educação Inclusiva - UNESP

<http://lattes.cnpq.br/5347261126641284>kellermann.santos@unesp.br**Gisele Garzon Alves**

Mestranda em Educação Inclusiva – UNESP

<http://lattes.cnpq.br/3392880011834158>gisele.garzon@unesp.br**DOI -****Resumo**

Os saberes discentes precisam ser constantemente mediados pelos docentes por meio de estratégias diversificadas e diante desse trabalho que surge a proposta pedagógica DUA como forma para atender às necessidades que precisa garantir a educação para todos. A metodologia ativa oferecida por meio do Desenho Universal de Aprendizagem permite que a proposta de um currículo atenda a realidade de uma classe da diversidade de forma que os estudantes avancem em seus saberes reconhecendo seus conhecimentos prévios. A metodologia de pesquisa teórico- reflexiva permitiu que o estudo possa consolidar os conhecimentos da metodologia do DUA e sua aplicação em diversas áreas do conhecimento, junto aos estudantes que estudam nos anos finais do Ensino Fundamental. É possível oportunizar a convivência, aprendizagens e aprofundamentos por meio de processos de estratégias que garantam acesso e permanência a todos os estudantes.

Palavras-Chave: Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Anos Finais; Metodologia; equidade.



Introdução

O estudo traz a abordagem da pesquisa teórico-reflexiva sobre a metodologia do Desenho Universal de Aprendizagem para que possa contribuir com os docentes que lecionam na classe regular dos Anos Finais do Ensino Fundamental, etapa que trabalha com o público infanto-juvenil, esse que já tem as questões desafiadoras da adolescência e que segundo a neurociência passa pela fase das podas neurais, contudo é uma faixa etária que lida bem com autonomia nas atividades conta com um olhar do docente que o cativa.

Assegurar o acesso, a participação ativa é a construção de práticas pedagógicas essenciais para o sucesso na aprendizagem dos estudantes, visto que ainda é o grande desafio das redes oficiais de ensino em nosso país. Ainda neste contexto salienta-se que o ensino fundamental nas séries finais é uma etapa marcada por transformações cognitivas, socioemocionais e comportamentais típicas da adolescência, por isso que se torna necessário adotar metodologias que respeitem a fase, a heterogeneidade das turmas, considere os ritmos e forma como cada um aprender.

Diante desses desafios que a sala de aula proporciona diariamente o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma abordagem pedagógica capaz de orientar o planejamento curricular e eliminar barreiras que limitam a aprendizagem. O DUA propõe inúmeras formas de engajamento, representação e expressão com o objetivo de promover dentro do ambiente escolar a equidade fortalecendo as políticas públicas inclusivas historicamente construídas.

O DUA e o PEI são a articulação perfeita por ampliar as possibilidades do acompanhamento pedagógico sistemático e a necessidade de um planejamento pedagógico que atenda as necessidades do educandos, pois dialoga com suas singularidades e fortalece o direito à educação de qualidade, assim eliminando as barreiras pedagógicas, conforme regulamentado pelo Decreto nº 12.686/2025.

Como bem sabe a Educação é uma garantia de direito a todos estudantes na idade obrigatória, conforme prescreve a Constituição Federal (1988). No entanto quando se pensa em todos não é possível compreender que tal direito fique somente no acesso, é preciso romper as barreiras para que o desenvolvimento e permanência sejam também garantidos à todos, sem exceção.



O estudante que cursa as séries dos 6º aos 9º anos permite um trabalho com as divisões de papéis e fortalecimento das habilidades comunicativas e acadêmicas para engajar nas proposituras. Considera-se aqui que a metodologia do DUA é uma forma de desenvolvimento dos saberes com equidade e acesso aos matriculados nessa etapa obrigatória de estudos.

Surge a demanda voltada à equidade e o movimento pela inclusão, aqui não é somente aos estudantes da classe especial ou pessoas com deficiência, isto é proporcionar a diversidade como uma ação de qualidade e valorização com os atendimentos das especificidades para um aprendizado com sucesso, mas garantir neste sentido essa necessidade à equidade, assim como está previsto nos documentos educacionais norteadores do nosso país.

Trazemos aqui duas importantes colaborações acerca do olhar que a instituição escolar inclusiva precisa ter, para as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) uma escola inclusiva é aquela que adota práticas pedagógicas participativas e a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) defende que às questões da diversidade humana devem ser reconhecidas no fortalecimento de que todas as crianças têm o direito de aprender juntas, e para isso é necessário que os sistemas educacionais do país se organizem, logo o D.U.A faz o elo entre as políticas dentro do ambiente escolar garantindo o desenvolvimento integral e a eliminação de barreiras, conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (Brasil, 2003).

Surge, assim, uma demanda cada vez mais forte por equidade e por um movimento verdadeiro em direção à inclusão. E essa inclusão não se limita aos estudantes público-alvo da educação especial, mas abraça todos aqueles que fazem parte do cotidiano escolar. Trata-se de reconhecer que cada pessoa traz sua história, seus modos de aprender e suas necessidades. Essa compreensão dialoga diretamente com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2014), que chama a escola a transformar suas práticas para acolher, de forma ampla e sensível, toda a diversidade humana presente em suas salas de aula.

A pesquisa concebe o conceito de educação inclusiva no sentido mais amplo e próximo do chão da escola, diz Mendes (2017 p.65-66), “não pode ser reduzido ao



significado de educação escolar da população-alvo da educação especial ou escolarização desse público em classe comum”, logo o autor conceitua que tal relação está fortemente evidenciada as discriminações que sempre ocorreram historicamente no contexto educacional por diversas questões e ter uma visão que englobe desde a participação ativa ao respeito às diferenças que enriquecerá as diversas contribuições que reconheça diariamente os saberes, potencialidade, habilidades e competências nos grupos estruturados dentro da comunidade escolar.

Nesta concepção em que todas as instituições educacionais devem assegurar a defesa participativa, com práticas pedagógicas acessíveis e garantir recursos de aprendizagens adequadas as necessidades específicas como garantia de eliminação das barreiras de cada estudante que prevê a Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº 13.146 (Brasil, 2015).

Desenvolvimento

O PEI quando bem articulado ao DUA, reforça a ideia de que o currículo deve ser pensado para todos desde o início e ajustado para que o estudante se desenvolva integralmente durante seu processo de escolarização, mas sempre considerando as suas competências cognitivas, socioemocionais, culturais e comunicativas e assim garantir o sucesso nas práticas pedagógicas inclusivas, assim está previsto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e pelo Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025)

Compreendendo que cada aluno tem algo único a compartilhar e reconhecer seus saberes, suas potencialidades, suas habilidades e suas competências individuais fortalece o processo de aprendizagem, pois há enriquecimento de todos que fazem parte daquele núcleo. Para Nunes e Madureira (2015) o uso do DUA busca justamente minimizar as barreiras à aprendizagem e maximizar o sucesso de todos os alunos, por isso é preciso que o professor seja capaz de iniciar sua prática pedagógica analisando as limitações presentes na gestão do currículo e promover a acessibilidade pedagógica para garantir as condições equitativas.

Na contemporaneidade os docentes encontram salas de aula com demandas diversificadas e o DUA surge como uma proposta que aproxima cada aluno



do conhecimento, ajudando a superar as barreiras que possam surgir no processo, dentro do tempo necessário para que realmente aprendam. Essa perspectiva dialoga com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (Brasil, 2003), que ressaltam a importância de ajustar estratégias, recursos e formas de avaliação às necessidades de cada estudante, evitando práticas rígidas e padronizadas que acabam limitando o acesso ao currículo.

Logo os cenários que se voltam às diversidades e perfis das classes, o que promove um olhar mais aprimorado para as práticas pedagógicas emancipadoras, desde a forma como o docente comunica ao desenvolvimento do conteúdo com o uso de recursos que aproximam os saberes e interagem entre os pares, bem como a avaliação do percurso dentro de um ambiente acolhedor e inclusivo. Por esse olhar minucioso que se destaca o compromisso de valorizar as trajetórias e os ritmos de aprendizagens e considerando as dimensões cognitivas, sociais, culturais e emocionais, conforme previsto na BNCC (Brasil, 2018).

A proposta do D.U.A é justamente garantir ao estudante um desenvolvimento que realmente o considere como uma pessoa que se desenvolve nas múltiplas dimensões dentro de uma proposta da Educação Integral e num contexto acessível, entende-se Böck (2019, p.108).

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), enfatiza que o dever dos sistemas educacionais é de adaptar-se às singularidades humanas por meio da eliminação de barreiras e reorganizar as práticas pedagógicas, pois muitas vezes a correria das demandas diárias faz com que ocorram propostas de atividades desconexas à realidade do estudante ou até mesmo reforça a barreira para o alcance do objeto de conhecimento que está previsto no plano do docente.

É nesse cenário que se reforça a urgência do instrumento muito importante no contexto também do D.U.A, o Plano Educacional Individualizado (PEI), regulamentado pelo Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025), pois esse instrumento muito contribui para que o planejamento pedagógico passe a contemplar ações concretas, mensuráveis e acessíveis a todos os estudantes, principalmente aos que ainda enfrentam barreiras significativas na aprendizagem.

Dessa forma, entende-se que o uso do DUA, em diálogo com os documentos



que orientam a educação brasileira, fortalece a construção de uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva e comprometida com a equidade. O conjunto de normas que orienta nosso sistema educacional — desde a Declaração de Salamanca (1994), passando pela BNCC (2018), até o mais recente Decreto de 2025 — oferece caminhos consistentes para que escolas e profissionais possam repensar seus fazeres e assegurar que a aprendizagem seja, de fato, para todos.

Essa compreensão reforça que inclusão não significa apenas estar matriculado ou ocupar fisicamente uma sala de aula, mas participar de maneira plena, significativa e contínua. Trata-se de garantir que cada estudante tenha seu direito à educação respeitado em sua integralidade, como defendem os documentos oficiais e como orienta o compromisso ético e político que sustenta o trabalho docente.

As lutas sociais por meio da expansão das políticas públicas educacionais trouxeram ao longo da história as conquistas nas matrículas, por muitos anos os alunos da classe especial não tiveram acesso à escola, somente a partir da década de 80 que esse público adentrou ao espaço escolar, foi colocado nas classes especiais, seria preparado para ficar na classe comum. Nesse período, acreditava-se que o estudante é quem deveria se adaptar à escola, sendo predominante o caráter de integração à educação dos estudantes da Educação Especial, Capellini (2010, 7).

Descaracteriza o conceito que o estudante é pertencente ao grupo dos seus pares, hoje espera-se que ele já esteja matriculado e acompanhe o grupo por meio de um plano de ensino individualizado.

A educação inclusiva tem ampliado a participação de todos os estudantes, respondendo à diversidade do contexto da escola. Consiste na reestruturação da cultura, das práticas e das políticas vivenciadas nas escolas em uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Uma escola é inclusiva quando todos da equipe escolar – gestores, professores, secretaria, serviços gerais – participam ativamente desse projeto (Rodrigues; Maranhe, 2010).

Para Zerbato (2021,p.13) o DUA é uma abordagem para envolver todos os educandos, que auxilia os docentes na identificação e remoção de barreiras na aprendizagem, proporcionando aos educandos diversificadas formas de aprendizagem



e interação, uma vez que a aprendizagem significativa elimina a necessidade de adaptação curricular individual, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, ao compreender o educando como sujeito integral — social, emocional, cultural e cognitivo —, o DUA em paralelo dialoga com as concepções de Educação Integral assumidas pelas políticas públicas. A proposta do DUA é uma abordagem educacional que busca remover qualquer tipo de barreira que seja impedimento no desenvolvimento e aprendizagem de cada um, com diferentes ritmos e singularidade, permitindo a interação com o grupo e o sentimento de pertencimento ao processo de aprendizagem, uma vez que as barreiras pedagógicas são previsíveis e eliminadas no processo de formação do indivíduo.

Neste ínterim a abordagem do DUA reforça o comprometimento docente no planejamento de aulas que contemple diferentes formas de engajamento, de representação de metodologia e expressão do aprendizado, garantindo um currículo acessível para todos desde o início.

Durante a escolarização na fase dos anos finais do Ensino Fundamental, os estudantes passam por significativas mudanças em seu modo de aprender e se relacionar com os demais e diante dessa etapa as práticas pedagógicas quando alinhadas ao DUA fortalecem o desenvolvimento cognitivo e as habilidades socioemocionais garantindo que tenham mais autonomia, cooperação e consigam resolver os conflitos criados dentro do contexto, sempre por meio do diálogo. Ao oferecer atividades diversificadas, recursos acessíveis e espaço para que os adolescentes participem das decisões sobre sua aprendizagem, o professor aumenta o engajamento e torna o ambiente escolar mais democrático e significativo.

A tecnologia educacional aliada ao do DUA amplia de forma bem significativa acesso a um currículo que dialoga com a linguagem do jovem atual, uma vez que a tecnologia por meio das diversas ferramentas digitais, como plataformas adaptativas, leitores de tela, vídeos, podcasts, ambientes virtuais de aprendizagem e objetos digitais interativos tornam o processo educativo mais dinâmico e conectado à realidade social e utilizado de forma crítica, planejada e acessível promovem a remoção de barreiras comunicacionais, linguísticas e sensoriais, além de ampliarem o repertório cultural de



todos os estudantes.

Conclusão

Diante do exposto, evidencia-se que o Desenho Universal para a Aprendizagem constitui uma estratégia pedagógica indispensável para promover equidade e participação plena nos anos finais do Ensino Fundamental.

Compreende-se neste cenário que implementação do DUA por parte dos profissionais da educação, seja necessária para que se fortaleça um currículo mais flexível, acessível às individualidades do estudante e que sua aplicabilidade seja numa perspectiva orientadora ao planejamento, a execução e a avaliação das práticas pedagógicas, pois somente assim favorecerá o seu desenvolvimento integral.

A escola brasileira para todos galgou um cenário de muita história e superação, ainda hoje encontramos muitas barreiras pedagógicas e acesso à permanência do estudante. Ainda que por volta dos anos de 1980 as políticas públicas começaram o atendimento dos alunos, por meio dos princípios da normalização e da integração, o que se observou foram ações voltadas para a retirada de estudantes das classes comuns, Capellini (2017, 7).

Todavia, uma educação inclusiva é entender o outro enquanto diferente não significa aceitar que ele difere de nós, mas sim buscar alternativas para nos comunicarmos, promovendo interação e desenvolvimento coletivo (Rodrigues; Maranhe, 2010).

Para o trabalho com DUA uma modalidade organizativa que contribui com o trabalho prático do professor é a Sequência Didática por consiste numa unidade de intervenção pedagógica que visa atingir determinados objetivos educacionais, permitindo a análise da prática educativa a partir das variáveis a que essa prática está sujeita fundamenta Zabala (1998).

Campos, Ávila e Monteiro (2015), diz que o trabalho na sala de aula precisa estar “vinculado às demais propostas da escola”, articulando-se com o currículo e com as práticas pedagógicas inclusivas. Tornando essa vinculação como uma atitude essencial para que o planejamento não se torne uma ação isolada, mas uma estratégia coletiva e intencional de enfrentamento às barreiras de aprendizagem.



Deste modo, surge a proposta de um desenho ou adaptação de currículo, que pense nas medidas de acessibilidade com a remoção de barreiras para alunos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Por fim, a adoção do DUA contribui para consolidar uma escola que respeita, acolhe e valoriza cada sujeito em sua totalidade, fortalecendo a construção de trajetórias escolares mais justas e inclusivas. Ao reconhecer que todos podem aprender, ainda que por caminhos distintos, o DUA reafirma o compromisso ético, legal e pedagógico com uma educação que rompe barreiras e potencializa capacidades. Assim, sua aplicação sistemática nos anos finais do Ensino Fundamental representa não apenas uma inovação metodológica, mas uma necessidade contemporânea para a efetivação de uma educação verdadeiramente democrática.

Referências Bibliográficas

BÖCK, G. L. K. **O desenho universal para a aprendizagem e as contribuições na educação a distância.** Tese de Doutorado em Psicologia. Santa Catarina, 2019. BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Dispõe sobre a elaboração e implementação do PEI.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 2025.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão, 13.146.** Brasília: Casa Civil. 2015. BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/ SEESP. 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares.** Brasília: MEC/ SEESP. 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2014.**

CAMPOS, C.; ÁVILA, A.; MONTEIRO, S.; SILVA, A. **A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?** *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 4, n. 1, 2017.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Org.). **Educação inclusiva: fundamentos históricos, conceituais e legais.** Bauru: UNESP/FC, 2012.



MENDES, E. G. **Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": Reflexões sobre o conceito de inclusão escolar.** In S. L. Victor, A. B. Vieira, I. Martins (Orgs.), **Educação especial inclusiva: Conceituações, medicalização e políticas** (pp. 60-83). Campos dos Goytacazes, RJ : Brasil Multicultural. 2017.

NUNES, C., MADUREIRA, I. **Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas, da Investigação às Práticas.** 5(2), 126 – 143. 2015
RODRIGUES, O. M. P. R.; MARANHE, E. A. **A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência.** In: CAPELINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs.). **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva.** Bauru: Unesp; MEC, 2010. v. 2. (Coleção Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva).

ZABALA, A. **A Prática Educativa: Como ensinar.** Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZERBATO, Ana Paula. **Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa.** 2018. 298 f. Tese (Pós- Graduação em Educação Especial) - Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

